

# Os portugueses de Cartagena das Índias e a Restauração.

## O resgate de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor.

JOÃO PEDRO GOMES\*

A cidade de Cartagena das Índias albergava, em vésperas da Restauração, uma importantíssima comunidade portuguesa. A notícia da aclamação de D. João IV colocou os membros da nação lusa numa situação política extremamente delicada, obrigando-a a tomar partido contra ou a favor das novas autoridades de Lisboa. O episódio da prisão e da fuga do conde de Castelo Melhor revela a complexidade das relações luso-espanholas na América e ilustra a forma como, na prática, a fidelidade era negociada, apesar das relações desse acontecimento enaltecereem a importância da lealdade para com a naturalidade e a pátria lusitanas.

**Palavras-chave:** Cartagena – Restauração – Castelo Melhor – lealdade

### **The Portuguese of Cartagena de Indias and the Restoration of Portuguese Independence. The rescue of João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, count of Castelo Melhor**

Before the Restoration of Portugal, in 1640, a very important Portuguese community was living in the city of Cartagena de Indias. The news of the acclamation of John IV set the members of the Portuguese nation in an extremely hazardous political situation, forcing them to take side for or against the new political authorities of Lisbon. The story of the imprisonment and escape of the count of Castelo Melhor exposes the complexity of the relationships between Portuguese and Spaniards in America and also illustrates how political loyalty was in fact negotiated, though the discourses about this incident praised the fidelity towards the Portuguese citizenship and homeland.

**Key words:** Cartagena de Indias – Restoration – Castelo Melhor - loyalty

\* Doutorando da EHESS – Paris, sob orientação do professor Jean-Frédéric Schaub e bolsista da FCT. Investigador do Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain.

O período da União das coroas de Castela e Portugal (1580-1640) foi caracterizado, no continente americano, por um significativo aumento do número de portugueses que se instalaram em territórios dominados por Madri. Em cidades como Vera Cruz, Lima ou ainda Buenos Aires, as comunidades lusitanas aí residentes atingiram números que impressionaram e provocaram mesmo uma certa perplexidade nas autoridades espanholas<sup>1</sup>. Essa emigração era motivada por vários fatores. Um dos principais era o fato da aproximação política ter aberto aos portugueses novos mercados, onde eles poderiam prover-se do mais cobiçado dos metais da época: a prata americana, embora o comércio entre as possessões das duas coroas ibéricas no Novo Mundo tivesse sido proibido por um decreto de 1581. Tirando partido das várias feitorias que possuíam na costa ocidental africana, as quais lhes permitiam ter um acesso facilitado aos mercados de escravos desse continente, e das redes comerciais que, entretanto, haviam criado na China e no Japão, os mercadores portugueses encontraram na União Ibérica uma excelente oportunidade para se instalarem em várias cidades dos vice-reinados da Nova Espanha e do Peru. Desde o porto de Macau eram carregados em direção a Manila vários produtos do comércio asiático, os quais, depois, através dos galeões que atravessavam o Oceano Pacífico, chegavam a Acapulco, na costa ocidental mexicana. Essa rota comercial ofereceu aos portugueses uma porta de entrada que lhes dava acesso a ricas cidades do México e do Peru. Já no Oceano Atlântico o tráfico negreiro permitia aos que se dedicavam a esse negócio a possibilidade de instalarem-se nos portos da Nova Espanha, em Buenos Aires ou ainda em Cartagena das Índias, cidade marítima da atual república da Colômbia.

Todavia, a penetração dos portugueses em áreas que ficavam para além da linha estipulada pelo tratado de Tordesilhas não ficava limitada às maiores cidades comerciais da América espanhola. Em várias regiões de fronteira, como no vastíssimo espaço amazônico ou na área de missão jesuítica do Paraguai, verificava-se a existência de comunidades e assentamentos onde viviam lado a lado, e até mesmo de forma mesclada, colonos vindos das duas monarquias da Península Ibérica. De fato, desde os finais do século XVI, vários aventureiros portugueses e luso-brasileiros procuravam descobrir os caminhos que, desde as várias capitanias portuguesas na América, lhes dariam acesso às muito cobiçadas minas das regiões andinas<sup>2</sup>. Havia também outro itinerário, mais setentrional, que dava acesso às minas do Potosí. Esse outro caminho iniciava-se em Cartagena das Índias e corria em direção ao sul, através das principais cidades da Nova Granada e do vice-reinado do Peru. Essa rota tornou-se ainda mais atrativa quando, em 1591, Filipe II concedeu aos portugueses o primeiro assento que lhes outorgava o privilégio de fornecerem escravos negros a América espanhola<sup>3</sup>.

1 Ver, entre outros, Gonçalo de Reparaz. *Os portugueses no vice-reinado do Peru (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1976; Jonathan Israel. 'The Portuguese in Seventeenth-Century Mexico'. In: *Empires and entrepôts. The Dutch, the Spanish monarchy and the Jews, 1585-1713*. Londres: The Hambledon Press, 1990. p. 311-331; A. J. R. Russell-Wood. *The Portuguese empire, 1415-1808. A world on the move*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1998. p. 137-140; Maria da Graça Ventura. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*. 2 vol. Lisboa: INCM, 2005.

2 O acesso às minas do Potosí e o estabelecimento de uma rota que permitisse um escoamento mais fácil e mais seguro da prata em direção à Europa era também um dos incentivos às viagens de exploração do rio das Amazonas, como o reconheceu o padre Cristóbal de Acuña no relato que escreveu da expedição de Pedro de Teixeira, em 1639. Cristóbal de Acuña. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. Madri: Imprenta del reyno, 1641. fl. 16 e fl. 38. Ver também Russell-Wood. *Op. cit.*, p. 101.

3 Antonio Ordoñez, inquisidor na cidade de Lima, no ano de 1600 queixava-se da grande quantidade de portugueses que acudiam às cidades da América espanhola. Carta citada por José Toribio Medina. *Historia del tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Cartagena de las Indias*. Santiago de Chile: Imprenta Elzeviriana, 1899. p. 37. Refira-se todavia que pelo porto de Buenos Aires e pela rota do Rio da Prata os portugueses faziam também chegar

Porém, nem sempre essa expansão portuguesa nos territórios da América espanhola se realizou de maneira pacífica. As entradas dos luso-brasileiros nas missões jesuítas do Guairá, por exemplo, eram acompanhadas por atos de uma extrema violência que os missionários deixaram patentes nas várias cartas que escreveram para a Europa<sup>4</sup>.

Assim, por ocasião da separação de Portugal dos domínios dos Habsburgos, em dezembro de 1640, os contatos e o convívio entre castelhanos e portugueses nas mais diversas regiões do continente americano eram uma realidade que não escapava aos próprios contemporâneos. Cartagena das Índias era uma dessas cidades onde a presença de um forte contingente de portugueses mais se fazia sentir. Nesse porto, todavia, nem todos os lusos que aí residiam dedicavam-se aos negócios. Muitos eram simples marinheiros, pilotos ou artesãos. Cartagena abrigava também muitos moradores de naturalidade lusitana que serviam como médicos, militares, guardas dos presídios daquele porto, ou membros das armadas espanholas que escoltavam os galeões carregados de prata no seu caminho para os portos da Andaluzia<sup>5</sup>. O número elevado dos naturais de Portugal manifestava-se também no fato de que muitos desempenhavam cargos e ofícios da câmara da cidade<sup>6</sup>.

A existência de uma tão numerosa comunidade não deixava de provocar tensões e conflitos. Se ao contínuo aumento demográfico juntarmos a prosperidade que vários dos seus membros alcançavam, torna-se mais fácil entender a razão pela qual se verificava uma crescente vaga de hostilidade em relação a eles. Como acontecia na Europa, e noutras cidades da América, uma das principais acusações que recaíam sobre os portugueses era a de serem cristãos novos judaizantes<sup>7</sup>. A partir da década de 1620, os vários tribunais da Inquisição existentes na América espanhola iniciam uma vaga de repressão sobre os portugueses descendentes de conversos, fazendo temer mesmo uma eventual medida de expulsão geral dos naturais de Portugal. As primeiras denúncias de que existiriam muitos judaizantes portugueses em Cartagena surgiram, já no ano de 1636, através de confissões arrancadas pelo Santo Ofício de Lima<sup>8</sup>. Em auto-de-fé celebrado a 25 de março de 1638, a Inquisição de Cartagena penitenciava 24 conversos lusitanos acusados de seguir a lei de Moisés<sup>9</sup>.

---

escravos africanos às regiões mineiras do Peru.

4 Francisco Jarque. *Insignes misioneros de la Compañía de Jesus en la provincia del Paraguay*. Pamplona: Juan Micón, 1687.

5 Ver Medina. *Op. cit.*, p. 108. Dentre os vários réus portugueses da Inquisição daquela cidade, Medina faz referência, por exemplo, a um Baltasar Reis, cirurgião natural de Évora, penitenciado no ano de 1616. Em relação ao importante número de portugueses que serviam nos diferentes presídios de Cartagena, ver *supra* o relato que Jorge de Carvalho fez da fuga do conde de Castelo Melhor.

6 *Idem*. p. 74.

7 Já em 1600, o inquisidor D. Antonio Ordoñez, da Inquisição de Espanha, em Madri, queixando-se de que os portugueses que se instalavam no Peru eram todos judeus, declarava temer que eles conseguissem disseminar a fé judaica em terras americanas junto dos que nasciam no Novo Mundo; ver: *Idem*. p. 37. A animosidade contra os portugueses que se estabeleciam em terras da Coroa de Castela, e a acusação de que eram todos seguidores da lei de Moisés, pode-se encontrar noutros textos da época, nomeadamente no célebre tratado antijudaico, publicado em 1633, de Francisco de Quevedo. *Execración por la fé católica contra la blasfema obstinación de los judíos que hablan portugués y en Madrid fijaron los carteles sacrílegos y heréticos*. Barcelona: Crítica, 1996. Ver também os livros de Nathan Wachtel. *Foi du souvenir, le labyrinthe des marranes*. Paris: Seuil, 2001; e David Studnicki-Gizbert. *A nation upon the ocean sea. Portugal's Atlantic diaspora and the crisis of the Spanish empire, 1492-1640*. Nova York: Oxford University Press, 2007.

8 Medina. *Op.cit.*, p. 222.

9 *Idem*. p. 221-227. Doze saíram como penitentes, nove foram reconciliados e três abjuraram *de levi*. De notar que nem todos viviam em Cartagena. Dos sentenciados, um pelo menos era originário de Cumaná e outro da ilha

Esse receio e as discriminações legais e raciais de que eram vítimas os lusitanos, (acusados de serem de sangue impuro, por descenderem de judeus conversos, e de serem mestiços de índios e de africanos) determinaram D. Lourenço de Mendonça a escrever, em 1630, a sua *Suplicación a su magestad Católica del Rey nuestro señor, que Dios guarde. Ante sus reales consejos de Portugal y de las Indias*<sup>10</sup>. Esse livro revelava as queixas dos portugueses instalados na América espanhola e a forma como ressentiam duramente as medidas discriminatórias que se tomavam contra eles. D. Lourenço denunciava em particular o fato dos portugueses serem obrigados a pagar a *composición*, uma taxa especial que apenas se aplicava aos estrangeiros e da qual estavam isentos todos os outros imigrantes ibéricos<sup>11</sup>. Naturalmente, essa diferença no tratamento, alegava D. Lourenço de Mendonça, excluía os portugueses da comunidade “espanhola” na América e discriminava-os negativamente, pois equivalia a pôr em causa a lealdade deles como súbditos ibéricos, ou espanhóis, dos Filipes.

Era aqui que residia a questão central: a lealdade dos portugueses para com a fé católica e para com o monarca castelhano, o que vinha a dar ao mesmo<sup>12</sup>. O medo das autoridades espanholas era que os portugueses funcionassem como uma quinta coluna no seio das próprias cidades do Peru ou do México<sup>13</sup>. Afinal, os levantamentos populares ocorridos no sul de Portugal no ano de 1637 (as famosas alterações de Évora) e as várias manifestações de descontentamento dos portugueses em relação às políticas seguidas pelo conde-duque de Olivares, o poderoso valido de Filipe IV, provocavam em Madri muitas dúvidas quanto à lealdade que os súbditos lusitanos teriam em

---

Margarita. Entre os condenados figurava também um tal Vicente da Paz, mulato e escravo, acusado de ter renegado o batismo que entretanto recebera. A presença desse escravo entre os judaizantes portugueses lembra mais uma vez que nem todos os portugueses residentes na América espanhola eram mercadores, mas levanta também outra questão interessante, a da caracterização do que se entendia por «português» no Novo Mundo. Neste caso, o mulato Vicente da Paz, ou seja, um mestiço, foi considerado como um natural de Portugal por parte das autoridades inquisitoriais de Cartagena.

10 Um estudo mais detalhado do livro de D. Lourenço de Mendonça pode ser visto no artigo de Pedro Cardim. 'De la nación a la lealtad al rey. Lourenço de Mendonça y el estatuto de los portugueses en la monarquía española de la década de 1630'. In: David González Cruz (org.). *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: la visión del otro. Del imperio español a la Guerra de la Independencia*. Madri: Sílex, 2010. p. 57-88. D. Lourenço de Mendonça instalara-se no Peru em 1615. Dez anos mais tarde servia como comissário da Inquisição na província do Paraguai.

11 Aragoneses, bascos e catalães não eram submetidos, contrariamente aos portugueses, à *composición*. Sobre este assunto, Tamar Herzog lembrou, num artigo, que o processo de naturalização, no mundo ibérico, era relativamente fácil de obter. Na realidade, a naturalidade apenas se tornava uma causa de possíveis discriminações na existência de conflitos ou de rivalidades, como estava a acontecer na América espanhola desde a década de 1620. Ver: Tamar Herzog. 'Naturales y extranjeros: sobre la construcción de categorías en el mundo hispánico'. In: *Cuadernos de Historia Moderna*. nº X. Madri, 2011. p. 21-31.

12 Pablo Fernández Albaladejo. 'Católicos antes que ciudadanos. Gestación de una política española en los comienzos de la Edad Moderna'. In: José Ignacio Fortea Pérez. *Imágenes de la diversidad: el mundo urbano en la corona de Castilla (s. XVI-XVIII)*. Santander: Universidad de Cantabria, 1997. p. 103-127.

13 Veja-se por exemplo a recomendação do Conselho de Guerra de Madri, de 26 de janeiro de 1641, na qual se expressa o medo que se tinha dos portugueses instalados em Buenos Aires: 'Considerando esta Junta que el Puerto de Buenos ayres tiene muy vecina comunicación con las Provincias del Peru, y que en aquellas partes ay muchos Portugueses, y siendo aquella nauegacion tan frequentada de naturales de aquel Reyno, con el lebantamiento del Duque de Bergança se puede rezelar alguna imbasion que ponga en cuydado y obligaciones de grandes gastos. (...) sera combeniente tratar del [do porto de Buenos Aires] con fundamento para que se debe rezelar que intenten apoderarse de aquel puesto para darse la mano con las nauegaciones del Brasil, y cerrar el paso por alli a las correspondencias del Peru y de Chile', sublinhado nosso. Archivo General de Simancas (AGS). *Guerra Antigua*, legajo 1374. *La Junta de execucion dice lo que combiene asegurar el Puerto de buenos Ayres y que se ordene asi al Consejo de las Indias*, 26/01/1641. s. f.

relação ao Habsburgo<sup>14</sup>. Essa angústia era ainda agravada em Cartagena pelo fato de aí estacionar, desde 1638, uma importante armada vinda da Bahia, constituída por um número muito elevado de soldados portugueses e capitaneada por vários cabos de guerra de naturalidade lusitana<sup>15</sup>. Estavam assim criadas as condições para que a separação de Portugal do resto da monarquia hispânica provocasse na cidade uma onda de choque de que dificilmente se poderá exagerar a magnitude.

Essa armada era comandada por D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre, e tinha nas suas fileiras algumas figuras ilustres do reino lusitano. Em particular contava com a presença de um dos mais notáveis fidalgos da aristocracia portuguesa: João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, segundo conde de Castelo Melhor. Embora não fosse formalmente o chefe da esquadra estacionada no porto de Cartagena, o prestígio do seu título de conde e a reputação da família a que pertencia faziam de Castelo Melhor o mais destacado dos portugueses presentes naquela cidade e sem dúvida alguma o centro de todas as atenções, especialmente depois da chegada da notícia da sublevação de Portugal contra Filipe IV. Agora que uma das mais importantes cidades da América espanhola tinha a sua defesa assegurada por uma armada cuja maioria dos soldados eram naturais de um reino que se declarara inimigo de Castela, como iriam reagir as autoridades municipais e militares de Cartagena? E como iriam também reagir os portugueses que ali viviam e em particular o mais prestigiado, socialmente, deles todos, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa?

A perplexidade que muitos ressentiram perante os novos acontecimentos é natural. Mas perante uma conjuntura simultaneamente incerta e perigosa, devido também a distância que os separava de Portugal, à demora em receber notícias e ao fato de ser então particularmente difícil confirmar a veracidade das informações que chegavam à América, a maioria dos portugueses de Cartagena parece ter optado por uma atitude prudente e expectante em relação à Restauração de Portugal.

A atitude e o destino do segundo conde de Castelo Melhor, pai do futuro valido de Afonso VI «o vitorioso», é, nesse sentido, particularmente reveladora. Começemos pelo fim da história. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, após ter chegado a Lisboa, teve uma carreira política e militar digna de destaque, assumindo-se como um dos mais ilustres fidalgos da Restauração. Exerceu o governo das armas dos exércitos do Alentejo entre 1645 e 1646. Foi também governador-geral do Brasil, de 1650 a 1654. O filho, D. Luís Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, 3º conde de Castelo Melhor, foi o favorito do rei D. Afonso VI e liderou o governo político de Portugal na decisiva década de 1660, período em que os exércitos portugueses alcançaram a vitória militar sobre os da monarquia hispânica<sup>16</sup>. Porém, e contrariamente ao que o desempenho destes cargos de elevadíssima responsabilidade governativa poderia fazer crer, no início Castelo Melhor não aderiu nem

14 *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991; em relação à luta política travada entre a corte de Madri e alguns dos mais importantes fidalgos portugueses, poder-se-á consultar, entre outros, o artigo de Fernando Bouza Álvarez. 'A nobreza portuguesa e a corte de Madrid. Nobres e luta política no Portugal de Olivares'. In: *Portugal no tempo dos Filipes*. Política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000. p. 207-256.

15 D. Luís de Meneses. *História de Portugal restaurado*. tomo 1. Lisboa: oficina de João Galvão, 1679. livro 3. p. 172-173; Huguette & Pierre Chaunu. *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. tomo V. Paris: Armand Colin, 1956. p. 346-347 e 400. A armada saíra da Europa em 1638, e ia debaixo do comando do conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas. Devido a várias dificuldades e ao pouco sucesso da armada na guerra contra os holandeses de Pernambuco, a frota dirigiu-se para Cartagena das Índias para se reequipar e abastecer e comboiar ulteriormente os galeões que trariam a prata americana a Sevilha. Foi nesse entretanto que os portugueses, que compunham uma parte significativa dos soldados dessa armada, receberam a notícia da aclamação do duque de Bragança como novo rei de Portugal.

16 Ângela Barreto Xavier. *"El rei aonde páde, & não aonde quer"*. Razões da política no Portugal de Seiscentos. Lisboa: Colibri, 1998.

manifestou entusiasmo pela aclamação do Bragança como novo rei de Portugal.

Numa carta dirigida a Filipe IV, com data de 7 de fevereiro de 1641, ou seja, pouco tempo depois da chegada da notícia da Restauração à Cartagena, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa declarava a sua hostilidade perante os novos dirigentes de Lisboa e lamentava as «infelicíssimas notícias de Portugal»<sup>17</sup>. Castelo Melhor proclamava que tanto a sua condição de fidalgo, como o gosto que ele tinha em servir o rei castelhano, eram os melhores testemunhos da lealdade que ele mantinha, apesar da Restauração, em relação ao monarca madrileno: «las obligaciones de mi sangre y la lealtad heredada de mis Abuelos lo deuen asegurar ansi a V. Md., quando el gusto con que salí de mi casa a servirle no bastase a calificarme». Tratava-se de uma clara declaração de fidelidade e apoio às autoridades castelhanas por parte de um dos mais notáveis aristocratas portugueses.

Castelo Melhor ia ainda mais longe e, nessa mesma carta, garantia ao monarca espanhol que todos os outros portugueses presentes em Cartagena partilhavam do mesmo sentimento e da mesma opinião que ele: «Allanse conmigo en esta ocasion algunos caualleros Portugueses todos tan deseosos de morir por la obediencia de V. Md. que solo esso tendrian por gloria sin querer mas premeio que quedar publica al mundo su lealtad».

Não haveria, portanto, por parte de Madri, que temer um eventual levantamento dos súditos lusitanos que residiam, temporária ou permanentemente, naquele porto caribenho. Aliás, ele, Castelo Melhor, não seria o único a garantir a lealdade dos soldados e dos moradores portugueses de Cartagena: de acordo com o conteúdo da carta, os próprios generais da armada, que eram ambos portugueses, rejeitavam igualmente as novas autoridades de Lisboa e tudo faziam para que a obediência devida ao Habsburgo não fosse posta em causa.

No Conselho de Estado de Madri, a carta do fidalgo era examinada em conjunto com outras duas cartas de dois capitães portugueses da armada estacionada naquela cidade, Estêvão de Brito Freire e Baltasar de Agra Artur<sup>18</sup>, o que mostra que Castelo Melhor não estava isolado no seio da comunidade lusitana. Estêvão de Brito Freire reafirmava, tal como Castelo Melhor, as suas lealdade e obediência a Filipe IV. Já Baltasar de Agra Artur, que contrariamente aos outros dois escrevera a sua carta em língua portuguesa, e não castelhana, referia-se aos restauradores de Portugal como traidores e súditos rebeldes<sup>19</sup>. Esses três capitães procuravam convencer Madri de que a revolta ocorrida em Lisboa não representava o sentimento geral da maioria dos súditos lusitanos de Filipe IV. Segundo eles, o conflito não opunha espanhóis a portugueses, mas sim vassallos fiéis a outros «rebeldes», e era absolutamente necessário alertar o monarca castelhano e as mais importantes instâncias de poder hispânicas de que era um erro considerar todos os portugueses como suspeitos. Baltasar Artur assegurava Filipe IV de que caso alguns portugueses faltassem à devida lealdade para com o monarca da casa de Habsburgo, muitos outros, e em especial os da armada de Cartagena, estariam dispostos a tomar as armas contra os revoltosos de Lisboa<sup>20</sup>. Essas

17 AGS. *Estado*, legajo 2614. *Consulta sobre tres cartas del conde de Castil millor, del capitan esteuan de Brito i del capitan Baltasar dagara Artur, portugueses, escritas desde cartagena de las Indias, lamentandose del suceso de Portugal*, 04/10/1641. s. f.

18 AGS. *Estado*, legajo 2614. *Consulta sobre tres cartas del conde de Castil millor, del capitan esteuan de Brito i del capitan Baltasar dagara Artur, portugueses, escritas desde cartagena de las Indias, lamentandose del suceso de Portugal*, 04/10/1641. s. f.

19 *Idem*. Baltasar Artur qualifica expressamente a Restauração como uma traição: “He taõ graode o sentimento com que todos os portugueses, que aquí [en Cartagena] nos achamos seruindo a Vossa Magestade, temos de treisaõ com que aquele Reino se ouue”. Sublinhado nosso.

20 *Idem*. Escreveu Baltasar de Agra Artur que: “se ouue hus [portugueses] que faltaraõ nela [lealdade para com Filipe IV] tem v. mg.de estes pera mereserem muito em seu seruiso na destroyraõ daquele Reino [Portugal]

cartas mostravam, portanto, que em Cartagena, a tensão existente e a pressão (e suspeitas) que se colocavam sobre os portugueses que ali residiam eram de fato elevadas. A declaração de lealdade nelas contida e a insistência desses capitães nessa questão revelam o evidente mal-estar que se tinha instalado na cidade, quer entre os próprios portugueses que aí residiam, como também entre os lusos e os demais moradores castelhanos ou crioulos da cidade.

As cartas, todavia, também dizem algo mais. Castelo Melhor escreve, por exemplo, o seguinte:

Yo señor me allo en esta plaza sin otro puesto mas que de soldado, pero tan obligado a dar la vida por el servicio de V. Md. que estimara muchas ocasiones en que la arriesgara por ese respecto, sin acordarme de la falta que haria su perdida a 4 hijos que dexa en Lisboa en poder de la Condesa su madre.

Este trecho da carta, e em particular a menção, por parte do conde, à sua mulher e filhos, revela o que, para além da obediência ao monarca castelhano, estava também em causa quando se discutia a questão da lealdade dos portugueses de Cartagena e, de um modo geral, de toda a América espanhola: as consequências que uma inequívoca tomada de partido, por um ou outro lado, teria na fazenda e nos bens de todos quantos ainda tivessem família e interesses no território metropolitano de Portugal. Ou seja, Castelo Melhor lembrava a Filipe IV que a lealdade dele para com a monarquia hispânica levaria à perda do património da sua casa em Portugal. A própria família do conde, ali residente, sofreria as consequências da sua escolha pró-castelhana e ficaria refém, literalmente, das novas autoridades do reino. Por outras palavras, D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa estava na realidade a insinuar a Madri que a lealdade dele tinha um preço e que ele, conde de Castelo Melhor, estava disposto a negociá-la.

Esta atitude do conde não era nem inédita nem muito surpreendente. Como já foi realçado por Jack Greene, no período moderno a obediência à autoridade política era muito frequentemente negociada<sup>21</sup>. Os monarcas exerciam a sua jurisdição, mas deviam em troca garantir aos seus súditos a proteção e a manutenção dos seus privilégios e, através do exercício da chamada justiça distributiva, outorgavam rendas e mercês que premiavam a lealdade do súdito, em função também do seu estatuto na sociedade<sup>22</sup>. Aliás, Estêvão de Brito Freire colocava-se na mesma postura do conde quando afirmava que:

Soy hijo maiorazgo de Gaspar de Brito Freyre de quien heredava mucha hacienda, asi en Portugal como en los estados del Brasil. Todo Patrimonial como lo sera notorio a V. Md. Y no siento el haverla perdido solo por la ocasion que me da este suceso de emplear la vida en el servicio de V. Md., a quien suplico ponga los ojos en el cuidado y celo con que siempre le he seruido

João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa não era, portanto, o único, dos portugueses de Cartagena, a negociar com Filipe IV. Porém, alguns meses depois, o conde pareceu ter finalmente escolhido qual o partido que iria doravante defender: em agosto de 1641, as autoridades de Cart-

---

tomando satisfasao da ofensa que se fes a nosa lealdade”.

21 Jack Greene. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

22 Sobre a economia das mercês e a noção de justiça distributiva, ver, por exemplo, Beatriz Cárceles de Gea. 'La "justicia distributiva" en el siglo XVII (aproximación político-constitucional)'. In: *Chronica Nova*. Revista de Historia Moderna de la Universidad de Granada. nº 14. Granada, 1984-85. p. 93-122.

agena prendiam-no alegando que ele estaria a conspirar para, com a ajuda de outros capitães portugueses, capturar os galões que iriam regressar à Espanha com a prata do Peru, e levar essa preciosa carga juntamente com os navios de guerra para Lisboa para aí colocá-los ao serviço de D. João IV e da Restauração portuguesa.

Depois de uma fase marcada pela negociação, a temporização e provavelmente também pela espera de notícias mais firmes vindas da Europa, as quais confirmariam que nesse início da década de 1640, devido à revolta na Catalunha e à guerra aberta com a França, as tropas de Madri não estariam em condições de invadir o território português, um grupo de capitães lusos, liderados por Castelo Melhor, optara por se juntar aos restauradores e por tentar capturar, de uma forma extremamente audaz, a frota de Cartagena. A descoberta dessa conspiração deixou a cidade caribenha em estado de choque e revelou quão exposta ela estava a um eventual golpe ou ataque por parte dos soldados portugueses que ali estacionavam e, supostamente, a defendiam. No dia em que o plano do conde foi descoberto, e o próprio fidalgo preso, a população da cidade, incluindo os religiosos e os padres da Sé e da Inquisição, incerta em relação à atitude que tomariam os soldados portugueses, duvidando no fundo se eles estavam todos conluídos com Castelo Melhor, pegou em armas e organizou várias vigias e guardas até chegar a armada que estava em Portobelo<sup>23</sup>.

De certa forma, era como se a tensão acumulada na cidade, devido à presença massiva de portugueses nela residindo, desde as décadas anteriores, tivesse finalmente produzido a explosão que era esperada. Parafraseando o título de uma novela de um célebre escritor colombiano, estava-se perante a crónica de uma revolta anunciada. O livro de D. Lourenço de Mendonça, publicado em 1630, havia já exposto o mal-estar dos portugueses que se achavam vítimas de uma discriminação ilegítima. As perseguições das Inquisições hispano-americanas, ao longo das duas décadas anteriores, e em particular o auto-de-fé celebrado em Cartagena em março de 1638, tinham intensificado a hostilidade entre as duas comunidades, fazendo crescer o sentimento de injustiça nos portugueses residentes na América e aumentar a desconfiança das autoridades e das populações locais em relação aos naturais de Portugal. A aclamação do duque de Bragança em Lisboa, a separação política do reino português do resto da monarquia hispânica, aliadas agora à ameaça real que representava o plano de Castelo Melhor, surgiam assim como fatores mobilizadores de todos os anseios e angústias dos castelhanos de Cartagena. O perigo iminente e o carácter irreversível dos acontecimentos empurravam os caribenhos à ação, mesmo que desordenada e algo confusa.

A complexidade das relações luso-castelhanas na América, bem patente já na reação dos vários grupos da população da cidade à notícia da Restauração portuguesa, torna-se ainda mais evidente quando se olha para a história da fuga e do regresso a Portugal de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa. Esse acontecimento foi rapidamente recuperado pela propaganda brancista, como atestam os dois relatos dessa fuga publicados ainda na década de 1640, disponibilizando assim mais uma fonte para o estudo das interações entre ibéricos no Novo Mundo. Esse episódio ilustra então a forma como se estavam a cristalizar, num processo que, todavia, não estava isento de contradições e recuos, as construções identitárias de carácter nacional naquele período, mesmo nas sociedades coloniais.

A primeira obra que se irá analisar é de Jorge de Carvalho. Intitula-se *Relação verdadeira dos sucessos do conde de Castel Melhor, preso na cidade de Cartagena de Indias, e hoje liure, por particular merce do Ceo, e fauor del Rey Dom loão IV nosso senhor, na cidade de Lisboa*<sup>24</sup>. Jorge de Carvalho

23 Medina. *Op. cit.*, p. 237.

24 Jorge de Carvalho. *Relação verdadeira dos sucessos do conde de Castel Melhor, preso na cidade de Cartagena de*



era natural de Lisboa e religioso beneditino no mosteiro de Tibães. Recebera o grau de doutor em teologia pela Universidade de Coimbra e fora qualificador do Santo Ofício. O livro dele serviu, posteriormente, como fonte para o segundo relato que se irá estudar. Trata-se de uma comédia, publicada em Lisboa em 1645, em língua castelhana, com o título de *La desgracia más felice. Comedia del caso del conde de Castel Melhor, en Indias. Oferecida a la señora condesa de Castel Melhor*<sup>25</sup>. O autor era António de Almeida, de quem se sabe muito pouco<sup>26</sup>. Era natural da cidade do Porto, e mestre da capela da Sé dessa mesma cidade<sup>27</sup>. Barbosa Machado declara que, para além desta comédia, António de Almeida compôs outra igualmente publicada, possivelmente, embora não se possa descartar a hipótese de se tratar de um homônimo, um compêndio das regras e exercícios da congregação da Imaculada Conceição, do colégio inaciano de Madri<sup>28</sup>.

O “resgate” de Castelo Melhor, e a maneira espetacular e arrojada com que ele foi conseguido, servia à propaganda de D. João IV e tinha como objetivo mostrar aos vários capitães e fidalgos portugueses, que combatiam nos exércitos de Filipe IV, a vantagem que teriam em regressar a Portugal para se colocarem ao serviço da Restauração. Esses dois textos insistiam no dever de lealdade dos portugueses para com o reino e a comunidade nacional de onde eram naturais, mas pretendiam também mostrar a magnanimidade e a generosidade do Bragança, um monarca que, contrariamente ao Habsburgo, sabia reconhecer e premiar os méritos dos fidalgos portugueses<sup>29</sup>. Por outro lado, o êxito do resgate de Castelo Melhor funcionava também como um prognóstico de futuras vitórias dos portugueses sobre os castelhanos. Afinal, se os bragancistas, contra todas as probabilidades, conseguiam libertar Castelo Melhor dos presídios de Cartagena e trazê-lo de volta a Lisboa, como não interpretar esse sucesso como uma manifestação de que a providência divina apoiava os designios dos que desejavam a independência de Portugal?

Segundo Jorge de Carvalho, foi a 29 de agosto de 1641 que João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, bem como «alguns capitães seus camaradas», e todos os criados do conde, foram mandados prender pelas autoridades de Cartagena, denunciados por outro capitão português, António

---

*Índias, e hoje liure, por particular merce do Ceo, e favor del Rey Dom Ioão IV nosso senhor, na cidade de Lisboa.* Lisboa: oficina de Domingos Lopes Rosa, 1642. Doravante será citado como Carvalho.

25 António de Almeida. *La desgracia más felice. Comedia del caso del conde de Castel Melhor, en Indias. Oferecida a la señora condesa de Castel Melhor.* Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645. Disponível em <http://www.cet-e-seiscentos.com/obras>. Doravante será citado como Almeida. Agradeço a Daniel Saraiva a ajuda preciosa que me deu ao indicar a existência desta comédia.

26 Sobre António de Almeida e em particular sobre *La desgracia más felice*, ver o artigo de José Javier Rodríguez Rodríguez. 'La desgracia más felice de António de Almeida'. In: *Criticón*, nº 116. Toulouse, 2012. p. 63-90.

27 Cayetano Alberto Barrera Leirado. *Catálogo bibliográfico y biográfico del teatro antiguo español, desde sus orígenes hasta mediados del siglo XVIII.* Madri: a expensas del gobierno, 1860. p. 10.

28 Diogo Barbosa Machado. *Bibliotheca lusitana.* tomo I. Lisboa: oficina de António Isidoro da Fonseca, 1741. p. 197. A outra comédia publicada sob esse nome de António de Almeida intitula-se *El hermano fingido*, publicada em Lisboa, por Manuel da Silva, em 1645. Barbosa Machado afirma não poder assegurar se esse mesmo António de Almeida, autor dessas duas comédias, foi quem redigiu o *Compendio de las reglas, y exercicios de la Congregacion de la Inmaculada Concepcion de N. S. fita por autoridad apostolica desde el año 1603 en el Colegio Imperial de la Compañia de Jesus de Madrid.* Madri: Diego Dias de la Carrera, 1693; ou se foi um homônimo.

29 Ainda durante o período da União Ibérica, essas queixas dos portugueses, acerca da dificuldade em se conseguir mercês da corte madrilena, tomavam muitas vezes a forma de um discurso que lamentava a ausência do rei na cidade de Lisboa. Ver Fernando Bouza Álvarez. 'Lisboa *sozinha*, quase *viúva*. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes'. In: *Penélope*. Fazer e desfazer a história. nº 13 Lisboa, 1994. p. 71-93. Jorge de Carvalho tinha, também, outra intenção quando redigiu a sua relação. Ele procurava prestigiar a ordem religiosa à qual pertencia. Como se verá, uma das figuras em destaque no episódio da fuga de Castelo Melhor era o confessor do conde, frei Ambrósio do Espírito Santo, religioso beneditino.

de Azevedo<sup>30</sup>. Este denunciara como Castelo Melhor e Pedro Jaques de Magalhães, também português, estavam resolutos em tomar os galeões à força, queimando os que estariam carenando, e escalar o castelo de Santa Cruz onde se encontrava o armazém da pólvora, a qual seria repartida pelos conjurados. De seguida planeavam tomar o forte de Gesemani, no qual se depositava a prata destinada à Europa<sup>31</sup>. Toda a presa seria posteriormente oferecida a D. João IV.

Escreve Jorge de Carvalho:

«Com esta notícia, que logo se diulgou pela cidade, se poz Cartagena em armas, nam se isentando da lança, & do mosquete, o Bispo, & todos os sacerdotes, & a Inquisiçam com todos os obrigados, tirando o seu estandarte este tribunal fazendo rondas, com que se pudera reear alguã desgraça nos Portuguezes»<sup>32</sup>.

Façamos uma primeira análise ao que nos revela Jorge de Carvalho. De imediato se colocou, de novo, a questão da lealdade dos portugueses que estavam então na cidade. Embora o conde e os seus amigos tivessem a intenção de se apoderar das armas e da prata para as colocarem ao serviço do Portugal, a conspiração era desvendada por um português que decidira permanecer fiel a Filipe IV, indicando assim que no seio da comunidade lusa os sentimentos em relação à Restauração não eram unânimes. Seja como for, temia-se que sobre os portugueses de Cartagena se abatesse então uma «desgraça», isto é, que a população da cidade cometesse atos violentos sobre a comunidade inteira, não distinguindo os que estavam comprometidos com a conjuração dos que desejavam continuar a servir os Habsburgos. Esse receio é revelador do ambiente tenso e explosivo que existia em Cartagena e da hostilidade que uma parte importante da população local tinha para com os lusitanos.

A relação de Jorge de Carvalho prossegue com a notícia de que, a 1 de setembro de 1641, chegava à cidade a armada de Portobelo. O general dela era Francisco Dias Pimenta, outro militar português, o qual mandou de imediato, assim que teve conhecimento do sucedido, que se agravassem os castigos entretanto aplicados aos conspiradores<sup>33</sup>. E para evitar que a situação degenerasse num conflito aberto entre castelhanos e portugueses, Francisco Pimenta ordenou que os soldados lusos de Cartagena fossem recolhidos na armada que iria para Espanha na hora em que se comunicaria ao conde que ele seria sentenciado à morte<sup>34</sup>.

A atitude do general da armada de Portobelo é reveladora. Tomando consciência da ameaça que pesava sobre os portugueses, devido à desconfiança de que eram objeto, ele optou por agravar o trato dado aos conjurados e condenar à pena capital o conde, o que não deixou de motivar a indignação de muitos dos membros da armada como do próprio Jorge de Carvalho<sup>35</sup>. A mensagem enviada por parte de Francisco Dias Pimenta, porém, era clara: não se deveria fazer a amálgama

30 Carvalho. p. A2v-A3.

31 *Idem*. p. A3-A3v.

32 *Idem*. p. A3v.

33 Pedro Jaques de Magalhães e mais dois outros capitães portugueses haviam sido entretanto submetidos a tormento para se verificar se confessariam mais pormenores quer sobre o plano, quer sobre eventuais cúmplices que ainda não teriam sido denunciados.

34 Carvalho. p. A4v.

35 *Idem*. p. A4v. O escândalo foi provocado pelo fato de se ter aplicado tormentos num aristocrata e pelo facto da condenação à morte ter sido pronunciada num processo considerado demasiado apressado.

entre os portugueses rebeldes e os que permaneciam leais a Filipe IV. A severidade do general deve ser entendida como a expressão da vontade de proteger os portugueses de Cartagena que rejeitavam a aclamação do Bragança e de “desnacionalizar” o conflito, evitando que a cidade fosse vítima de uma guerra civil que, localizada no seio do perímetro daquele porto, opusesse as várias comunidades nacionais que a compunham<sup>36</sup>.

Segundo Jorge de Carvalho, a 7 de outubro de 1641 o conde de Castelo Melhor compareceu perante o auditor da armada, o governador de Cartagena (D. Antonio de Maldonado), o almirante Francisco de Castrejon (que o beneditino qualifica de «grande contrario dos Portuguezes»), e o castelão do presídio de Santa Cruz. O almirante estava em representação de Francisco Pimenta. Nenhum dos juizes, desta vez, era de naturalidade portuguesa. A sentença capital foi confirmada, porém foi-lhe declarado que ele escaparia dos tratos se denunciasse os seus cúmplices. O conde recusou e foi de imediato submetido ao tormento do potro. Apesar de não ter revelado nenhum nome, diz-nos Jorge de Carvalho que, no dia seguinte, as autoridades de Cartagena proclamaram pela cidade que Castelo Melhor «aúa cõfessado grãdes cousas, por ver se podia este estratagem auzêtar os amigos, & confidentes»<sup>37</sup>. Sinal de que a desconfiança das autoridades da cidade, em relação aos portugueses que viviam nela, não havia diminuído muito.

O conde apelou para Espanha. Entretanto, Pedro Jaques de Magalhães, o grande aliado de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, era condenado a ser expulso, por um período de dez anos, das Índias de Castela. Com a partida da armada rumo a Sevilha, a história parecia terminar por aqui, ficando o conde preso em Cartagena à espera que fosse confirmada, em Madri, a sua condenação à pena capital. É então que entra em cena, por assim dizer, o confessor beneditino do conde, frei Ambrósio do Espírito Santo, o qual acompanhava o fidalgo desde a Bahia. É o religioso quem vai amparar Castelo Melhor durante todo o período que vai anteceder a fuga, em particular pedindo esmolas pela cidade para o poder sustentar<sup>38</sup>.

Entretanto, diz-nos Jorge de Carvalho, o rei D. João IV recebe dos vários capitães que haviam estado em Cartagena a notícia da prisão do conde. Em maio de 1642, o Bragança ordena assim a António de Abreu e Domingos da Silva, dois dos portugueses que moravam na cidade caribenha quando se descobriu a conspiração do conde, que partissem para a Nova Granada para libertarem Castelo Melhor<sup>39</sup>. Os dois enviados do rei de Portugal chegam à Cartagena a 27 de junho de 1642. Governava então a cidade o biscaíno D. Artuño de Aldape, «amigo de fazer mal por natureza, principalmente aos Portuguezes»<sup>40</sup>. Aldape proibira mesmo frei Ambrósio de se encontrar e comunicar com Castelo Melhor.

António de Abreu consegue, todavia, entrar na cidade, subornando os seus vigias, e entra de imediato em contato com o beneditino comunicando-lhe as intenções do monarca português<sup>41</sup>.

36 Esses conflitos entre diferentes comunidades nacionais ibéricas na América espanhola não eram inéditos. Veja-se, por exemplo, o caso, contemporâneo, dos confrontos ocorridos entre 1622 e 1625 na cidade do Potosí, entre os colonos vascos e os chamados «vicuñas», oriundos na sua maioria da Extremadura e da Andaluzia. Ver Bartolomé Arzáns de Orsúa y Vela. *Historia de la villa imperial de Potosí: riquezas incomparables de su famoso cerro, grandezas de su magnanima poblacion, sus gueras civiles y casos memorables*. Disponível em <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:371585/>. Acesso em 6 de outubro de 2014. Sobre este mesmo assunto também se poderá consultar David Dressing. *Social tensions in Early Seventeenth-century Potosí*. Nova Orleães: tese de doutorado em História, Tulane University, 2007. p. 49-103.

37 Carvalho. p. A4v-B.

38 *Idem*. p. Bv-B2.

39 *Idem*. p. B2v.

40 *Idem*. p. B2v.

41 *Idem*. p. B3.

Para poder voltar a falar com Castelo Melhor, frei Ambrósio declara ao castelão de Santa Cruz, D. Gregorio Castellar, que pretende partir para Caracas, já que não podendo mais confessar e prestar auxílio espiritual ao conde, de pouca utilidade era agora a sua permanência em Cartagena. Tratava-se de um estratagema que tinha como finalidade obter de D. Gregorio a autorização para voltar a ver João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, e assim poder planejar com ele a fuga para Portugal. Na realidade, o beneditino sabia que o deixariam de novo comunicar com o conde por uma simples razão: se ele abandonasse a cidade, o sustento de Castelo Melhor já não poderia ser feito através das esmolas obtidas pelo clérigo, e ficaria assim a cargo do castelão. Algo que D. Gregorio queria absolutamente evitar.

Toda esta parte do relato de Jorge de Carvalho está construída na oposição entre a abnegação do conde e o espírito de caridade dos portugueses, de um lado, e a crueldade, ganância e malvadeza dos castelhanos, por outro lado. Castelo Melhor sofre em silêncio no presídio de Santa Cruz, aguardando, sem muitas esperanças, pelas notícias que viriam de Madri. A sua atitude caracteriza-se pelo estoicismo e pela fortaleza de ânimo, como convém a um aristocrata lusitano. Já frei Ambrósio e D. João IV mostram todos os sinais de caridade e de compaixão. O monarca português empenha-se pessoalmente no resgate do conde, revelando assim a sua preocupação pela conservação do prestígio e do estatuto da fidalguia portuguesa, o que remetia para aquilo que se considerava ser próprio de um rei católico e justo. Jorge de Carvalho pretendia assim realçar o contraste entre a atitude do Bragança e a de Filipe IV, que a propaganda da Restauração apresentava como um rei tirano, insensível às dificuldades e infelicidades dos seus súditos portugueses, e desrespeitador dos seus direitos e privilégios. Além disso, no relato do beneditino, os castelhanos são, quase sempre, caracterizados por traços negativos. Eles manifestam invariavelmente um sentimento de animosidade para com os portugueses («amigos de fazer mal aos portugueses»). Também se revelam veniais e avaros, o que, aliás, ajuda os portugueses: os guardas da cidade acabam assim por deixar entrar António de Abreu, e o beneditino explora a sovinice do castelão para conseguir reatar a comunicação com Castelo Melhor.

A ideia de resgate está, evidentemente, subjacente em todo este relato. A situação de João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, preso no presídio de Cartagena e à espera de ser socorrido pelos homens de confiança de D. João IV, evoca claramente a interpretação que os bragançistas faziam da Restauração. Portugal, segundo eles, fora resgatado do cativo filipista pelo duque de Bragança<sup>42</sup>. Assim, do mesmo modo, o conde de Castelo Melhor preparava-se para ser libertado pelo Restaurador. O destino pessoal do conde ilustrava assim o do reino, estabelecendo desta forma uma analogia. Tal como o microcosmo refletia o macrocosmo, o resgate do conde reproduzia, numa escala menor, e num cenário americano e atlântico, o resgate do Portugal Restaurado.

Entretanto, conta Jorge de Carvalho, frei Ambrósio do Espírito Santo consegue insinuar-se, ganhar a confiança e convencer um dos guardas da cela de Castelo Melhor, o sevilhano Antonio Rodríguez, a juntar-se aos portugueses e a facilitar a fuga do conde<sup>43</sup>. Rapidamente, tanto João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, como o seu confessor, perceberam que, para ser bem sucedida, a fuga precisava que um ou mais guardas se tornassem cúmplices dos seus planos e intentos. O

42 Esta caracterização da Restauração como uma libertação do reino de Portugal da alegada tirania dos Filipes encontra-se em várias obras de legitimação da nova dinastia de Bragança. Ver por exemplo o padre António Vieira e o seu *Sermão dos bons anos*, pregado no dia 1 de janeiro de 1642, no qual o jesuíta compara o Portugal restaurado ao apóstolo Pedro libertado da cadeia de Herodes, ou aos hebreus livres do cativo de Babilónia: António Vieira. *Sermoens do padre Antonio Vieyra, da Companhia de Jesus*. vol. 11. Lisboa: oficina de Miguel Deslandes, 1696. p. 406. A mesma ideia de liberdade resgatada se encontra no livro de António Carvalho de Parada. *Justificação dos portugueses sobre a açam de libertarem seu reyno da obediencia de Castella*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1643.

43 Carvalho. p. B3v.

beneditino terá feito ver a Antonio Rodríguez a pouca esperança de melhoramento da sua condição pessoal na situação em que ele se encontrava, como simples soldado de um dos presídios da América espanhola. Pelo contrário, caso ele se juntasse aos portugueses, representava-lhe o clérigo, tanto o conde como mais tarde o monarca lusitano não hesitariam em recompensá-lo generosa e largamente. Mais uma vez Jorge de Carvalho insistia na venalidade dos castelhanos e no espírito magnânimo e liberal dos portugueses.

Porém, embora a *Relação* pretendesse veicular uma visão estereotipada e praticamente maniqueísta dos fatos ocorridos, promovendo uma leitura que opunha de forma claramente antagonista castelhanos e portugueses, Jorge de Carvalho deixava transparecer o caráter mais complexo da realidade social então vivida em Cartagena. Assim, era o sevilhano Antonio Rodríguez, de acordo com a *Relação*, quem alistava para o serviço de Castelo Melhor mais dois guardas do presídio: Antônio Ferreira e Barnabé Caldeira<sup>44</sup>. A particularidade destes dois soldados era a de serem ambos naturais de Portugal. Ferreira da cidade de Santarém, e Caldeira de Vila Viçosa, povoação onde residiram os duques de Bragança durante o período filipino. O fato de eles ainda estarem em Cartagena naquela data significa que eles não faziam parte da armada que largara em 1638 em direção à Bahia, mas que eram provavelmente moradores naquele porto caribenho. Pertenciam, portanto, à importantíssima comunidade lusitana daquela cidade. O que confirma a ideia de que nem todos os portugueses de Cartagena eram mercadores cristãos novos, e que muitos se empregavam noutros ofícios. O outro dado relevante é que a hostilidade de que os lusos eram vítimas não implicava necessariamente que eles fossem automaticamente afastados de cargos politicamente, ou militarmente, sensíveis. Afinal, estes dois guardas portugueses estavam encarregados de vigiar a cela onde se encontrava um fidalgo português, acusado de ter querido levar a cabo uma insurreição dos portugueses da cidade. Assim, e embora existisse de fato uma profunda desconfiância em relação aos lusitanos, o que se verifica é que seria exagerado descrever a situação deles em Cartagena, ou na América espanhola, como caracterizada por uma discriminação rigorosa.

Na madrugada do dia 16 de junho de 1642 se realizou a evasão de João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa. Nesse dia, relata Jorge de Carvalho, frei Ambrósio e um criado do conde saíram da cidade em direção à enseada de Cartagena. Na ilha dos Padres, a qual fica mesmo defronte da cidade, encontraram-se, conforme o previsto, com nove homens do navio vindo de Lisboa. No presídio de Santa Cruz estava Barnabé Caldeira de sentinela. Antônio Ferreira permanecia junto ao sino, para impedir que se tocasse a rebata a anunciar a fuga do conde, e Antonio Rodríguez havia ficado encarregado de fazer a ronda noturna do castelo. Assim, os cúmplices do conde controlavam os postos mais estratégicos do forte de Santa Cruz. Castelo Melhor conseguiu, deste modo, fugir da cela em que se encontrava descendo pela janela, ajudado por uma corda que lhe fora fornecida antes. Os furtivos (o conde e os três soldados que o ajudaram), embarcados numa lanchar que os esperava, dirigiram-se então para a ilha dos Padres. Em Cartagena, a fuga não tardou a ser descoberta e, de uma torre de Santa Cruz, ainda se dispararam várias peças de fogo para se tentar, em vão, impedir os portugueses de alcançar o alto mar<sup>45</sup>.

Entretanto, um imprevisto esperava o conde. Pouco depois de ter chegado aos arrabaldes de Cartagena, à ilha de Barú, a nau enviada por D. João IV caía em poder de piratas holandeses. No entanto, diz-nos Jorge de Carvalho, os portugueses negociariam com os corsários e estes aceitaram ajudar e participar na fuga do conde, em troca da promessa de uma generosa recompensa<sup>46</sup>.

---

44 *Idem*. p. B4v-C.

45 *Idem*. p. C-C1v.

46 *Idem*. p. B4.

A viagem de regresso a Portugal iria ser, ela também, atribulada. O primeiro acidente deu-se com a fragata que D. João IV despachara para ir buscar o conde. Tanto o casco como o mastro deram problemas e os fugitivos viram-se obrigados a abandoná-la na ilha da Jamaica. Os holandeses tampouco seriam poupados: a 5 de agosto daquele ano capturaram um navio espanhol carregado de açúcar e decidiram mudar-se para essa embarcação de maiores dimensões. Uma decisão que se revelou fatal, visto que, poucos dias depois, a região do Caribe onde se encontravam seria varrida por uma tremenda tempestade e o navio capturado naufragava devido ao temporal. Já os portugueses tiveram que cortar o mastro e o leme da fragata em que seguiam. A custo, ganharam a Tortuga, então nas mãos dos franceses, e aproveitaram a escala forçada para reparar o navio. Finalmente, a 8 de setembro, deixavam a ilha e cerca de um mês depois, a 10 de outubro, avistavam a cidade de Angra, nos Açores. Demoraram-se naquele arquipélago uma semana, antes de se fazerem de novo ao mar, chegando finalmente a Lisboa no dia 1 de novembro, festa de Todos-os-Santos, de 1642, sendo imediatamente recebidos no paço real pelo próprio rei D. João<sup>47</sup>.

Como se pode ver, os acontecimentos narrados por Jorge de Carvalho revestem-se de uma tremenda espetacularidade, digna de uma fita de Hollywood. Não falta nada: o cenário caribenho, a tensão inicial, a audácia dos planos de João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, a traição de António de Azevedo, a prisão do conde e as torturas a que foi submetido, a argúcia de frei Ambrósio, a arrojada fuga de Castelo Melhor, os piratas holandeses, a tempestade tropical e o naufrágio, e, finalmente, a triunfal chegada a Lisboa. A desempenhar o papel de “maus da fita” estão os cruéis e gananciosos castelhanos, tal como os descreveu Jorge de Carvalho.

Todavia, a *Relação*, apesar de se tratar claramente de um livro de exaltação propagandística da Restauração portuguesa, constitui uma fonte interessantíssima. Até porque a complexidade das questões relativas à naturalidade acaba por ser reconhecida, ainda que de forma tácita, pelo seu autor. Ele não esconde o fato dos portugueses se terem dividido acerca da aclamação de D. João IV. Assim, embora Jorge de Carvalho condene os lusos que optaram por permanecer ao serviço do Habsburgo, e caricature propositadamente os castelhanos de Cartagena, a verdade é que o texto da *Relação* realça, no entanto, as contradições e limites de uma leitura dos acontecimentos feita exclusivamente à luz dos conflitos relativos à naturalidade dos moradores de Cartagena. O episódio do acolhimento, em Lisboa, por parte do rei, de Antonio Rodríguez, o sevilhano que foi decisivo no êxito da fuga do conde, revela-o claramente. Escreve Jorge de Carvalho que, assim que se encontrou, no paço real, à vista de D. João IV, Antonio Rodríguez «lançándose aos pés de Sua Magestade lhe dise: señor yo soy Castellano de nacion, pero Portugues en effecto». Ao que o Bragança terá respondido: «por tal vos terei daqui em diante»<sup>48</sup>. Esta passagem, através da qual o autor da *Relação* reforça o caráter magnânimo do Restaurador, ilustra também como era fácil, ainda, um castelhano se naturalizar português, e vice-versa, mesmo que mal falasse a língua do reino vizinho (afinal, Rodríguez expressa-se em língua espanhola). Assim, a desconfiança e a hostilidade recíprocas, em 1642, não impediam ainda que se pudesse cruzar facilmente a linha que separava uma comunidade nacional da outra.

Na comédia de António de Almeida, a fuga do conde de Castelo Melhor voltava a servir de cenário para a questão da naturalidade e do conflito de lealdade que então surgiu aos portugueses que viviam na América espanhola. A peça foi publicada no preciso ano em que o conde assumia o governo geral das armas do Alentejo, e era dedicada à condessa de Castelo Melhor, pelo que as intenções de António de Almeida eram evidentes: tratava-se de prestigiar o recém-nomeado governador. *La desgracia más felice* estrutura-se em três jornadas. Na primeira, a ação

47 *Idem.* p. C2-C4v.

48 *Idem.* p. C4.

concentra-se em Cartagena e gira em torno da traição de António de Azevedo que, por amor por Aurelia, uma cortesã castelhana, revela os planos de Castelo Melhor para se apoderar dos galeões da prata e fugir para Portugal. Na segunda jornada são postos em cena o cativo de Castelo Melhor e a estoica resistência por ele demonstrada, ao recusar declarar o nome dos outros portugueses envolvidos no conluio. Nessa mesma jornada D. João IV toma a decisão de enviar um navio para resgatar o conde e assiste-se à ingratidão de Aurelia que rejeita António de Azevedo, apesar deste ter traído os portugueses de Cartagena na vã esperança de ver o seu amor por ela ser correspondido. Na terceira jornada, António de Almeida faz representar a morte de Azevedo, abatido por um tiro de pistola disparado por António de Abreu, o enviado de D. João IV. Ficava assim punida a traição de que o conde fora vítima. Ajudado por Antonio Rodríguez, Castelo Melhor consegue fugir do forte de Santa Cruz e, numa derradeira cena, assiste-se ao regresso triunfal a Lisboa e à recepção de Castelo Melhor pelo monarca português. A atribulada fuga de Cartagena é então narrada ao rei pelo conde, que menciona a ajuda que recebeu tanto de frei Ambrósio como do sevilhano Antonio Rodríguez.

La *desgracia más felice* segue claramente o relato dos acontecimentos feito por Jorge de Carvalho, na sua *Relação*, pelo que dispensa-se a um resumo mais pormenorizado da peça. Existem, porém, alguns elementos nesta comédia que a tornam extremamente interessante para o estudo das relações entre castelhanos e portugueses, tanto na Europa como na América, durante esse período.

Escrita após a primeira grande batalha da Guerra da Restauração, a do Montijo em 1644, numa altura em que as operações bélicas, iniciadas nos primórdios do ano de 1641, entram já no seu quarto ano, *La desgracia más felice* insiste claramente na ideia de uma separação irreversível e até mesmo quase natural entre castelhanos e portugueses. Esse sentimento fica bem patente, por exemplo, na figura de Violín, o criado do conde que desempenha também a função do gracioso. Violín, assim que aparece no palco, queixa-se de imediato do tratamento que recebe dos castelhanos de Cartagena, que o perseguem e o injuriam, chamando-o de «judío rebelado»<sup>49</sup>. Nessa mesma cena, ele revela a Castelo Melhor a indignação, e humilhação, que sente por ser visto pelos moradores espanhóis da cidade como um marrano<sup>50</sup>, e deixa bem clara toda a estima que tem pelos castelhanos, apelidando-os de «perros» ou ainda de «becerros». O criado manifestava assim as estigmatizações de que eram vítimas os portugueses que viviam na América espanhola, frequentemente assimilados aos judaizantes perseguidos pela Inquisição, uma situação que era duramente ressentida pelos lusos e que nesta peça servia como uma das justas reclamações que legitimavam a reposição no trono de Lisboa de um monarca português, e a separação do reino do resto da monarquia hispânica.

Violín dava assim voz às queixas dos portugueses até então abafadas, de acordo com Almeida, pelo fato de estarem submetidos a um rei castelhano<sup>51</sup>. As cenas em que ele descreve os maus tratos e tormentos a que foi submetido, após a descoberta dos planos do conde, fazem eco, de forma alegórica, ao cativo a que o reino de Portugal fora submetido durante o período filipista, na ótica dos restauradores<sup>52</sup>. Insistia-se assim na ideia de que o rumo natural dos acontecimen-

49 Almeida. v. 383-389.

50 *Idem.* v. 402. «Dejen, dejen el judío», grita o povo de Cartagena sempre que Violín passa pelas ruas da cidade.

51 Aliás, a comédia inicia-se com um diálogo entre Castelo Melhor e Pedro Jacques de Magalhães. Ambos desejam confidenciarem-se um ao outro a vontade de se colocarem ao serviço de D. João IV, porém hesitam em revelar os seus verdadeiros sentimentos. Desta forma António de Almeida pretendia ilustrar o clima de medo e de perseguição em que viveriam os portugueses radicados na América espanhola, teoricamente vassallos de Filipe IV mas na realidade estrangeiros no seio da monarquia hispânica. Almeida. v. 180-323.

52 *Idem.* v. 1349-1479.

tos seria que Portugal se separasse de Castela, e que essa união apenas era mantida pela força, devido à tirania que os soberanos da dinastia de Habsburgo exerciam.

Para António de Almeida as relações luso-castelhanas eram caracterizadas pelas suspeitas, pela desconfiança, por uma inimidade quase espontânea e em particular pelas injustas e ofensivas estigmatizações de que os portugueses eram vítimas por parte dos castelhanos. Violín não era apenas apelidado de judeu, os transeuntes de Cartagena também o acusavam de ser «rebelde», como vimos. Neste caso, a rebeldia remetia para outra acusação, que é também um dos temas centrais de *La desgracia más felice*: a alegada falsidade dos portugueses. Assim, o rival de António de Azevedo, o galã *Don Luis*, que disputa com ele o amor de Aurelia, insinua à castelhana que os portugueses são todos traidores e que a aclamação do duque de Bragança como novo rei lusitano mostra como se não lhes pode fazer a menor confiança<sup>53</sup>. Existia aqui um paralelismo: da mesma forma que os portugueses eram desleais à fé católica, também o eram em relação a Filipe IV, e sê-lo-iam também em amor. Aurelia acaba então por confrontar Azevedo perante esta acusação de deslealdade, que seria própria da natureza dos lusos: «Pues sí, como portugués / el engaño en ti es preciso / cómo gustaré escuchando / lo que no ha de ser creído?»<sup>54</sup>. Confrontado perante esta inculpação que o diminuía e o discriminava, António de Azevedo, fraco, acaba por ceder. Para demonstrar à sua amada que ela lhe pode fazer confiança, ele revela-lhe então os planos do conde de Castelo Melhor<sup>55</sup>.

Às várias acusações que, na peça, são dirigidas aos portugueses, respondem estes com múltiplas recriminações contra os espanhóis. Em particular, a falsidade, a ingratidão e o engano, com que muitas vezes os lusos são caracterizados pelos moradores de Cartagena, são na realidade, para António de Almeida, os traços que melhor definem os castelhanos. Por exemplo, quando, já na segunda jornada, António de Azevedo, depois de ter revelado o segredo do conde às autoridades da cidade, se reúne com Aurelia e lhe confessa os remorsos que ele sente por ter traído Castelo Melhor, ele declara-lhe também a sua desilusão por ser tratado apenas com desprezo e promessas vazias: «y es que los castellanos / servidos, me ofrecen hoy / engaños, voces, palabras / humo, viento, exhalación»<sup>56</sup>. Aliás, em toda a cena o português é ludibriado por Aurelia, que finge um amor que ela não lhe tem, ilustrando assim o engano em que vivem os lusos que servem a monarquia hispânica<sup>57</sup>. Nesse sentido, confiar nos espanhóis torna-se não apenas impossível, mas é inclusivamente visto como algo de ridículo tendo em conta a venalidade que os caracteriza. Essa realidade fica patente através do personagem de Aurelia, alegoria e, sobretudo, caricatura ultranegativa de Castela que declara, após mudar de opinião acerca de António de Azevedo, induzida por *Don Luis*, que «en las damas de mi trato / es costumbre y es oficio / hacer venta del amor / y de la fe pasadizo»<sup>58</sup>. Se associarmos esta passagem aos vários textos, em particular os de António Vieira, que assemelhavam o período filipino ao cativeiro dos hebreus em Babilónia, uma cidade que, para muitos autores ao serviço de D. João IV, servia como metáfora da monarquia

53 *Idem*. v. 531-574.

54 *Idem*. v. 677-680.

55 *Idem*. v. 745-753.

56 *Idem*. v. 2029-2032.

57 A forma como Aurelia abusava da confiança e sinceridade de António de Azevedo fazia também eco às repetidas queixas da pouca atenção, e ingratidão mesmo, com que os portugueses haviam sido tratados por Madri durante a União Ibérica, em particular durante o período do valimento do conde-duque de Olivares. Ver Fernando Bouza Álvarez. 'La relación de la nobleza portuguesa con la Monarquía española'. In: Ana María Carabias Torres (org.). *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansión colonial*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. p. 337-344.

58 Almeida. v. 595-599.



hispânica; perceberemos melhor o alcance e a violência do sentimento anticastelhano presente nesta peça de teatro, escrita quatro anos após o início da Guerra da Restauração. A cidade de Babilónia era também, de acordo com o texto bíblico do *Apocalipse*, a «mãe das prostitutas e das abominações da terra»<sup>59</sup>. A simultânea caracterização de Aurelia como cortesã e personificação de Castela atribui, deste modo, uma dimensão moral e praticamente religiosa à separação de Portugal do resto da Espanha.

A defesa, por parte de António de Almeida, do dever dos portugueses de servir e de serem leais a um monarca natural do reino, neste caso D. João IV, e a exaltação da pátria lusitana, torna-se assim mais facilmente compreensível. Este constitui, aliás, o terceiro grande tópico da comédia. Logo no início, Pedro Jaques de Magalhães revela ao público o desejo de colocar-se ao serviço do Bragança e do Portugal Restaurado, já que servir a um rei e uma pátria estrangeiros seria apenas «mancha» e «ganância»<sup>60</sup>. Em *La desgracia más felice*, a verdadeira felicidade está em ser fiel ao reino de que se é natural. António de Azevedo serve assim de exemplo negativo. Ele arrenega da sua naturalidade portuguesa<sup>61</sup> e decide trair os seus patrícios. Essa traição condena-o a um destino funesto: além de não alcançar o prêmio que buscava (o amor de Aurelia), a desilusão o fará carregar uma profunda e ridícula tristeza (involuntariamente, e sem disso ter noção, Azevedo desempenha de certa forma o papel do marido enganado visto que Aurelia prefere *Don Luis*) e, finalmente, acabará morto, numa praia retirada de Cartagena, vítima da indiferença dos castelhanos e do desprezo dos portugueses<sup>62</sup>.

O conde de Castelo Melhor, pelo contrário, assume sempre, ao longo da peça, o comportamento e a atitude que se devem esperar dos verdadeiros lusos. António de Almeida representa-o, preso e agrilhoado na sua cela do presídio de Santa Cruz, sem que em nenhum momento a sua vontade de servir um rei «tan amable»<sup>63</sup>, e a pátria de que é natural, diminua. Até nas horas mais difíceis João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa mantém-se fiel a Portugal. Assim, na última cena da primeira jornada, estando ele já a par da traição de António de Azevedo, sabendo que os espanhóis o irão seguramente prender, o conde, apesar das horas terríveis que o esperam, entra num transe guerreiro e entoia repetidamente o mantra «Muera toda Castilla! Muera, muera!»<sup>64</sup>. A exaltação da pátria, do Portugal restaurado, justificava todos os sacrifícios e era, como se vê, indissociável de um forte sentimento anticastelhano. Porém, a valorização do reino português podia ser feita também de forma mais positiva, como o faz Violín quando, após todos os maus tratos, vexações, perigos e sofrimentos que lhe foram impostos, antecipa a felicidade do regresso à pátria e exhibe toda a alegria que essa realidade lhe traz: «Todo en Portugal es gloria / todo en Lisboa es deleite»<sup>65</sup>.

Na comédia de António de Almeida, os capitães portugueses que tomaram o partido de Filipe IV e condenaram o conde de Castelo Melhor, à exceção de António de Azevedo, estão ausentes. *La desgracia más felice* é, desta forma, um discurso profundamente marcado pela conjuntura e pela realidade da guerra contra a monarquia hispânica, oferecendo uma leitura simplificada e algo maniqueísta dos acontecimentos de Cartagena<sup>66</sup>. O interesse desta comédia reside, sobretudo,

59 *Apocalipse* 17:5

60 Almeida. v. 210-215.

61 *Idem*. v. 761-762. António de Azevedo declara a Aurelia: "tengo alma castellana / aunque en Portugal nacido".

62 *Idem*. v. 2385-2428.

63 *Idem*. v. 1226-1228.

64 *Idem*. v. 1115-1174.

65 *Idem*. v. 2613-2614.

66 No seu artigo já citado, José Javier Rodríguez entende que a ausência, na comédia, de Fernando Dias Pimenta, o general português da armada de Portobelo que tomou o partido contrário ao da Restauração, se deve à vontade de esconder uma realidade incómoda: a existência de um número importante de lusos que decidiu não reconhecer

do, na forma como ela permite observar a inscrição, na memória coletiva dos portugueses de Seiscentos, de certas discriminações de que eram vítimas durante o período da União Ibérica (o anti-judaísmo dirigido contra os lusitanos, por exemplo), e na maneira como ela apresenta e disfarça a complexidade, as contradições e as ambiguidades próprias das construções identitárias de tipo nacional. É, paradoxalmente, a vontade e a insistência por parte de António de Almeida em reduzir os acontecimentos ocorridos em Cartagena a um conflito opondo duas lealdades antagónicas (o Bragança contra o Habsburgo, a pátria de onde se é natural contra uma monarquia que discrimina e oprime os portugueses) que melhor revela a dificuldade do processo de negociação da obediência que estava então em curso nas várias comunidades portuguesas espalhadas pela América.

Desde o estudo de Charles Boxer sobre a reconquista de Luanda pelos luso-brasileiros do Rio de Janeiro<sup>67</sup> que se sabe que a separação de Portugal da monarquia hispânica fora um momento importante da história do Atlântico, e não apenas de Portugal. Por sua vez, o episódio da fuga de Cartagena, por parte de João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, revela a dimensão americana desse acontecimento que foi a Restauração portuguesa. Em Cartagena, como em muitas outras cidades do Novo Mundo, colocaram-se aos portugueses que ali residiam os mesmos dilemas e embaraços com que eram confrontados os lusos que viviam no território metropolitano do reino, e na Europa. Tratava-se de escolher, entre dois pretendentes, a quem iriam ser leais e negociar essa obediência. Era, na realidade, uma eleição difícil e que levantava muitas dúvidas. Além de que nem sempre a escolha se revelava definitiva: era frequente mudar-se de campo conforme as circunstâncias ou as preferências do momento, e o próprio caso de Castelo Melhor, que escrevia uma carta em fevereiro de 1641 para declarar ao rei de Espanha a sua absoluta lealdade e que em agosto desse mesmo ano planeava apoderar-se da frota de Cartagena para entregá-la a D. João IV, mostra-o claramente.

Por outro lado, os vários discursos que descreveram e narraram a fuga do conde de Castelo Melhor de Cartagena ilustram também como, progressivamente, numa conjuntura muito marcada pela violência da Guerra da Restauração, se observava uma tendência para a cristalização de processos de construção identitária nacional que afirmavam o caráter natural da diferença que separava os portugueses dos castelhanos. Insistia-se então na noção do dever de lealdade dos lusitanos para com a pátria, entendida aqui já como o território de Portugal na sua totalidade (pelo menos na sua dimensão europeia) e para com um monarca que tivesse nascido no reino. A maneira como o episódio que envolvia a prisão e a fuga de João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa era apresentada, quer por Jorge de Carvalho quer por António de Almeida, servia então para exaltar esse sentimento, visto como absolutamente natural, ao mesmo tempo que afirmava o caráter exclusivo do fato de se pertencer à comunidade nacional portuguesa. Já não se tratava de defender a ideia de que os portugueses eram os melhores dos espanhóis (como o fizera D. Lourenço de Mendonça), mas de reivindicar a ideia de que Portugal e os lusos eram estrangeiros à monarquia hispânica, o que justificava a separação política. Havia, porém, uma distância grande do discurso à realidade, e o próprio fato da *Relação* e da comédia de António de Almeida apresentarem várias figuras que nem sempre serviam ao monarca ou ao reino de onde eram naturais, mostra como o mundo em que vivia Castelo Melhor, e os seus contemporâneos, continuava a ter, ao contrário do que acontece hoje, um entendimento ainda muito flexível de noções como «pátria», «natural», ou «estrangeiro».

*Artigo recebido para publicação em 6 de novembro de 2014.*

---

as novas autoridades de Lisboa. Ver Rodríguez. *Op. cit.*, p. 72-73.

67 Charles R. Boxer. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*. Londres: Athlone Press, 1952.